



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

CHARLES KENDI SATO

**ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR**

Presidente Prudente - SP
2025

CHARLES KENDI SATO

**ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR**

Tese apresentada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elsa Midori Shimazaki

Catálogo Internacional de Publicação (CIP)

371.9 Sato, Charles Kendi.
S253e Estudo sobre o princípio da dignidade da pessoa humana com transtorno do espectro autista no ensino superior. / Charles Kendi Sato. – Presidente Prudente, 2025. 156 f.: il.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2025.

Bibliografia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elsa Midori Shimazaki

1. Ensino superior. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. TEA. 4. Dignidade da pessoa humana. I. Título.

CHARLES KENDI SATO

**ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR**

Tese apresentada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de Concentração: Educação.

Presidente Prudente, 5 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elsa Midori Shimazaki
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente-SP

Prof.^a Dr.^a Monica Fürkotter
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente-SP

Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente-SP

Prof. Dr. Renilson José Menegassi
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Maringá-PR

Prof. Dr. Albino Gabriel Turbay Junior
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Paranavaí-PR

Prof.^a Dr.^a Sandra Salete de Camargo Silva
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
União da Vitória-PR

DEDICATÓRIA

À minha família, pelo amor incondicional, apoio e compreensão ao longo dessa jornada.

Aos meus pais e avós, pela educação que me inspirou a acreditar no poder do conhecimento e pela força que me ensinaram a cultivar em momentos de desafio.

Aos meus filhos, pelos sorrisos que iluminaram os dias mais difíceis e me lembraram do propósito maior dessa caminhada.

À minha amada companheira, pela paciência, incentivo e por dividir comigo cada conquista e cada obstáculo.

Aos meus amigos, que, com palavras de encorajamento e presença constante, fizeram o percurso mais leve.

A todos os educadores que cruzam meu caminho, por despertarem, em mim, a paixão por aprender e ensinar.

Esta tese é o reflexo de cada pessoa e cada experiência que moldaram minha vida.

Meu eterno agradecimento a todos vocês!

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste doutorado marca não apenas um marco acadêmico, mas, também, uma jornada de aprendizagem, desafios e superação. Não seria possível alcançar este objetivo sem o apoio, a inspiração e o incentivo de muitas pessoas e instituições às quais devo minha profunda gratidão.

Agradeço à espiritualidade por guiar meus passos e me dar força para enfrentar os desafios.

À minha querida orientadora Midori, pela orientação, paciência, ajuda na doença e por me desafiar a superar meus próprios limites.

Aos membros da banca examinadora Monica, Renilson, Cristiano, Albino e Sandra Salete, pelas contribuições valiosas, que muito enriqueceram esta pesquisa.

Ao amigo Lago, pelas inúmeras viagens e incentivos em momentos difíceis.

Aos colegas e amigos que estiveram ao meu lado durante esta jornada, compartilhando ideias, desafios e momentos de descontração. A cada conversa, troca e incentivo, vocês tornaram este percurso enriquecedor e leve.

À instituição de ensino e ao Programa de Pós-Graduação, pelo acolhimento e pela oportunidade de realizar este sonho acadêmico. À equipe administrativa e aos professores, pelo profissionalismo e pelo comprometimento em proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem e à pesquisa.

À bibliotecária Renata de Sá pelas orientações.

À universidade e aos acadêmicos que participaram desta pesquisa, por confiarem e contribuírem com suas experiências.

A todos, meu sincero e profundo agradecimento!

“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos é um oceano.” (Sir Isaac Newton)

RESUMO

Estudo sobre o princípio da dignidade da pessoa humana com transtorno do espectro autista no ensino superior

A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), na linha de pesquisa Políticas Públicas em Educação, processos formativos e diversidade. O tema da pesquisa é o princípio da dignidade humana (PDH) em pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Ensino Superior. A pergunta de pesquisa/problema é: Como o princípio da dignidade humana se manifesta em pessoas com TEA no Ensino Superior? Como desdobramento dessa pergunta temos uma outra: Como as políticas públicas de inclusão se relacionam com o princípio da dignidade humana em pessoas com TEA no Ensino Superior? O objetivo geral da pesquisa é compreender como o princípio da dignidade da pessoa humana se manifesta em pessoas com TEA e sua relação com as políticas públicas de inclusão. A pesquisa é baseada na compreensão da dignidade humana como um princípio normogênético, isto é, que fundamenta os direitos fundamentais das pessoas, incluindo o direito à educação. As políticas públicas de inclusão também se relacionam com o PDH em pessoas com TEA de forma ampla e profunda, os documentos legais são permeados pelo princípio enquanto que outros, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é literal quanto ao relacionamento. Para desenvolver a pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa e utilizou-se um questionário semiestruturado, aplicado a acadêmicos de uma instituição pública de Ensino Superior no interior do Paraná, diagnosticados com TEA. As violações ao PDH identificadas na pesquisa demonstram a necessidade de se repensar as abordagens e estratégias para a inclusão no Ensino Superior, para que seja de fato uma realidade para os estudantes. Disso tem-se que, apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas de inclusão, ainda existem desafios a serem superados para garantir a efetivação do princípio para pessoas com TEA. A pesquisa destaca a importância da conscientização sobre o TEA e a construção de uma cultura de respeito à diversidade no ambiente acadêmico, como elementos essenciais para promover a inclusão e garantir a dignidade humana de todas as pessoas.

Reforça a importância do papel do Estado na promoção da inclusão, por meio de investimentos em educação, da formação de professores e da criação de políticas públicas efetivas que garantam a dignidade humana de todas as pessoas. Também demonstra que a inclusão das pessoas com TEA no Ensino Superior exige mais do que a simples criação de leis e políticas públicas. É necessário garantir que essas políticas sejam implementadas de forma efetiva, considerando as singularidades do TEA e as necessidades individuais de cada estudante.

Palavras-chave: dignidade da pessoa humana; políticas públicas; transtorno do espectro autista; ensino superior.

ABSTRACT

Study on the principle of human dignity with autism spectrum disorder in higher education

The thesis was developed in the Postgraduate Program in Education, at the Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), in the line of research Public Policies in Education, training processes and diversity. The research topic is the principle of human dignity (PDH) in people with autism spectrum disorder (ASD) in Higher Education. The research question/problem is: How does the principle of human dignity manifest itself in people with ASD in Higher Education? As a result of this question, we have another: How do public inclusion policies relate to the principle of human dignity in people with ASD in Higher Education? The general objective of the research is to understand how the principle of human dignity manifests itself in people with ASD and its relationship with public inclusion policies. The research is based on the understanding of human dignity as a normogenetic principle, that is, one that underlies people's fundamental rights, including the right to education. Public inclusion policies also relate to PDH in people with ASD in a broad and profound way, legal documents are permeated by the principle while others, such as the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, are literal in terms of the relationship. To develop the research, a qualitative approach was adopted and a semi-structured questionnaire was used, applied to academics from a public Higher Education institution in the interior of Paraná, disclosed with ASD. The violations of the PDH identified in the research demonstrate the need to rethink approaches and strategies for inclusion in Higher Education, so that it truly becomes a reality for students. It follows that, despite advances in legislation and public inclusion policies, there are still challenges to be overcome to guarantee the implementation of the principle for people with ASD. The research highlights the importance of raising awareness about ASD and building a culture of respect for diversity in the academic environment, as essential elements to promote inclusion and guarantee the human dignity of all people. It reinforces the importance of the State's role in promoting inclusion, through investments in education, teacher training and the creation of effective public policies that guarantee the human dignity of all people. It also

demonstrates that the inclusion of people with ASD in Higher Education requires more than the simple creation of laws and public policies. It is necessary to ensure that these policies are implemented effectively, considering the singularities of ASD and the individual needs of each student.

Keywords: dignity of the human person; public policies; autism spectrum disorder; higher education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Apresentação	16
1.2	Justificativa	
181.3	Resultados da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	22
1.4	Resultados da busca no Portal de Periódicos da Capes	24
1.5	Estrutura da tese	26
1.6	Tema, pergunta de pesquisa, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos	26
1.7	Revisão de literatura	27
2	O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DO ACADÊMICO COM TEA	30
2.1	Sobre a definição do princípio da dignidade humana	30
2.2	Sobre a história da dignidade humana	35
2.3	A importância da dignidade humana para os sistema normativo brasileiro	39
2.4	Direito fundamental à educação como consequência da dignidade humana	47
2.5	O Transtorno do Espectro Autista	53
2.6	Fundamentos das políticas públicas de inclusão no Brasil	58
2.7	Políticas públicas de inclusão das pessoas com TEA no ensino superior	69
3	A DENSIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NO ENSINO SUPERIOR	77
3.1	Metodologia	77
3.1.1	Epistemologia da pesquisa	77
3.1.2	O Materialismo dialético	78
3.1.3	As leis da dialética	81
3.1.4	Abordagem metodológica.....	85
3.1.5	Método de coleta de dados	87
3.1.6	Desenho da pesquisa nas entrevistas semiestruturadas	87
3.1.6.1	Descrição do locus	87
3.1.6.2	Descrição dos envolvidos na pesquisa.....	89
3.1.6.3	Procedimentos para a coleta e registro de dados das entrevistas	89
3.1.7	Procedimentos para a construção da entrevista.....	90
3.2	A concretude do princípio da dignidade humana em estudantes com Transtorno do Espectro Autista	91
3.2.1	Sobre a manifestação do princípio da dignidade humana.....	91
3.2.2	Bloco de perguntas 1: dados gerais dos participantes da pesquisa ..	92
3.2.3	Bloco de perguntas 2: relacionamento acadêmico do estudante com TEA.....	95
3.2.4	Bloco de perguntas 3: impressões sociais dos estudantes com TEA 100	
3.2.5	Bloco de perguntas 4: definição de TEA pelo estudante TEA	108
3.3	Dignidade humana, desafios e êxitos das políticas públicas de inclusão no ensino superior	124
4	CONCLUSÃO	131
	REFERÊNCIAS	137

APÊNDICES.....	147
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	148
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	151
APÊNDICE C - TERMO E AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ.....	154

REFERÊNCIAS

- AACHEN, Assis Mendonça (trad.). **Lei fundamental da República da Alemanha**. 2022. Disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.
- AGUILAR, Claudia Paola Carrasco; RAULI, Patricia Forte. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44082>. Acesso em: 12 set. 2024.
- ALEXY, R. **Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo**. Florianópolis: Qualis, 2015.
- AMARAL, N. C.; OLIVEIRA, J. F. O financiamento da educação no pne (2014-2024) no contexto do pós golpe de 2016: balanço crítico. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, p. e023042–e023042, jul. 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2229>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- AMY, Marie Dominique. **Enfrentando o autismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ANDERY, Maria Amália; ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência**. São Paulo: Educ, 2003.
- ANDRIGHETTO, Aline; GOMES, Fernanda Fagundes Ribeiro. Direitos do Portador de Transtorno do Espectro Autista: políticas públicas de inclusão escolar sob a ótica da Lei Federal n. 12.764/2012. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 48, n. 1, p. 339-365, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/52277>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- APA. American Psychiatric Association. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ASSIS, Lucas Câmara de; AMORIM, Mônica Maria Teixeira. O direito fundamental à educação de pessoas com deficiência na perspectiva nacional e internacional: reflexões acerca da inclusão escolar. **Revista Jurídica da UFERSA**, Mossoró, v. 7, n. 14, p. 71-89, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/view/11953>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Humberto Laport de. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. São Paulo: Editora Fórum, 2012.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Santa Maria, v. 2, n. 3, p. 07-19, 1995.

Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65381995000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 26 set. 2024.

BIANCHI, Rafaela Cristina. **A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular: desafios e possibilidades**. 2017. 126 f.

Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11449/150651>. Acesso em: 26 set. 2024.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2001.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira. **Direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da acessibilidade arquitetônica e nas comunicações nas Universidades no Ceará**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016.

Disponível em:

<https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/108818>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nações Unidas

Brasil. [2025]. Disponível em: [https://brasil.un.org/pt-br/91601-](https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos)

[declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos](https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos). 2020. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**.

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: MEC, 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n° 9.465, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo FCPE. Brasília: Casa Civil, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9465.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília: Casa Civil, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília: Casa Civil, 1992. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 2012b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília: Casa Civil, 2019b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13861-18-julho-2019-788841-publicacaooriginal-158748-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional**. Coimbra: Livraria Almedida, 1993.

CASTANHA, Juliane Gorete Zanco. **A trajetória do autismo na educação**: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014). 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3388>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. São Paulo: Saraiva Uni, 2023.

CASTILHOS, R. **Direitos humanos**. São Paulo: SaraivaUni, 2023.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Autism and developmental disabilities monitoring (ADDM) network**. 2012. v. 3.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, p. 36-63, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sur/a/Ts7CK9xQgFjBwJP5DRBFvJs/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2021.

COSTA NETO, João. Dignidade humana (Menschenwürde): evolução histórico-filosófica do conceito e de sua interpretação à luz da Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal alemão (Bundesverfassungsgericht). **Observatório da Jurisdição Constitucional**, [S. l.], n. 5, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/653>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CRUZ FILHO, O. A. O. A declaração universal de direitos humanos à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, São Paulo, v. 12, n. 43, p. 07–14, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/451>. Acesso em: 11 jun. 2024.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 40, p. 1093–1108, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TDTBqYSsZbmcbwB3GBpnd9B>. Acesso em: 3 jan. 2025.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1970.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, p. 691-713, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Sys3c3j8znnWkyMtNhstLtg/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ENGELS, Friedrich. **Dialéctica de la Naturaleza**. Moscú: Edición Rusa, 1955.

FISCHMANN, Roseli. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Santa Maria, v. 14, p. 156-167, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QPz7bgW7FmF3K4tbVRHVNmt/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FRIGO, G. G. O princípio de dignidade humana numa perspectiva tomasiana. **Regional Sul 3 da CNBB**. 2019. Disponível em: <https://cnbbsul3.org.br/o-principio-de-dignidade-humana-numa-perspectiva-tomasiana/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. M. *et al.* Direito fundamental à educação como corolário da dignidade humana. *In: Governança e direitos fundamentais: revisitando o debate entre o público e o privado*, 2020. p. 13–23. Disponível em: <https://portalciencia.ull.es/documentos/5fc1a871299952618ecdd7f9?lang=en>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GÖTTEMS, C. J. Direito fundamental à educação. **Argumenta Journal Law**, [S. l.], v. 16, n. 16, p. 43–62, 2012. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/573>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GUEDES, Lívia Couto. Luta por dignidade e inclusão da pessoa com deficiência no ensino público superior: uma experiência de construção de acessibilidades pelo viés da gestão inclusiva no nordeste brasileiro. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 54, p. e054005-e054005, 2020. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/8478>. Acesso em: 4 jul. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html>. Acesso em: 01 jan. 2023.

KANT, I. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. São Paulo: Saraiva, 1938.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZZARINI, Fernanda Squassoni; ELIAS, Nassim Chamel. História social e autismo: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Santa Maria, v. 28, p. e0017, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xJbTxLYxdpkR7wbdtxM8spr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2024.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MAGALHÃES, G. M. O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa. **Cadernos Cenpec**, [S. l.], v. 2, n. 2, set. 2013. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/178>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARTINS, P. S. Pior a emenda que o soneto: os reflexos da EC 95/2016. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 227–238, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/869>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MAURO, Fádia Yasmin Costa *et al.* **O direito de ser diferente**: uma análise do direito à educação inclusiva das pessoas com deficiência. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11057>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MENDES, G. F. A dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988 e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, [S. l.], v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/915>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MORAES, A. **Direito constitucional**. São Paulo, SP: Atlas, 2019.
NEVES, M. O abuso de princípios no Supremo. **Observatório Constitucional**. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-out-27/observatorio-constitucional-abuso-principios-supremo-tribunal/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVATI, A. G. **Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com transtornos do espectro autista em uma universidade pública**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/152670>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PAIVA JÚNIOR, Francisco. Por que o Brasil pode ter 6 milhões de autistas? **Canal Autismo**. 2023. Disponível em: [https://www.canalautismo.com.br/artigos/por-que-o-brasil-pode-ter-6-milhoes-de-autistas/#:~:text=Para%20ser%20exato%2C%20podemos%20ter,no%20pa%C3%ADs%20\(e%20aumentando%E2%80%A6\)&text=Neste%20artigo%20busco%20explicar%20os,milh%C3%B5es%20de%20autistas%20ou%20mais](https://www.canalautismo.com.br/artigos/por-que-o-brasil-pode-ter-6-milhoes-de-autistas/#:~:text=Para%20ser%20exato%2C%20podemos%20ter,no%20pa%C3%ADs%20(e%20aumentando%E2%80%A6)&text=Neste%20artigo%20busco%20explicar%20os,milh%C3%B5es%20de%20autistas%20ou%20mais). Acesso em: 27 ago. 2023.

PARANÁ. (Estado). **Lei 21.964 - 30 de abril de 2024**. Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba: Leis Estaduais, 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21964-2024-parana-codigo-estadual-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>.

PATINO, C. M.; FERREIRA, J. C. Critérios de inclusão e exclusão em estudos de pesquisa: definições e por que eles importam. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, [S. l.], v. 44, p. 84–84, abr. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/LV6rLNpPZsVFZ7mBqzjkXD/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2007.

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. 7.ed. **Diário da República**, n.º 155, série - A, 12 ago. 2005. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIirevisao.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

RABINOVICH-BERKMAN, Ricardo David. **Derechos humanos**: una introducción a su naturaleza ya su historia. Buenos Aires: Editorial Quorum, p. 113, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SALES, Jeferson Falcão; VIANA, Tania Vicente. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 15, n. 35, 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868>. Acesso em: 25 set. 2024.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. Educación especial e inclusión-Por una perspectiva universal. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 277-289, 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/330>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, n. 1, p. 361-388, 2007. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/27252>. Acesso em: 29 maio 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SCAVINO, Susana Beatriz; CANDAU, Vera Maria. Desigualdade, conectividade e direito à educação em tempos de pandemia. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 121-132, 2020. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/20>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SHIBUTA, Vallery; COSTA, Igor Favaro da; SANTOS, Fernanda Pimentel dos. Inclusão do autista no ensino superior público. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 7, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/743>. Acesso em: 25 set. 2024.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Atendimento educacional especializado no contexto da educação básica**. Maringá: Eduem, 1993. v. 1, p. 31–39, 1993.

SILVA PIRES, Fernanda. **Trajatória acadêmica de estudantes com transtorno do espectro do autismo e deficiência intelectual no ensino superior: similaridades e diferenças**. 2023. 62 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Ocupação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/55372>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayara Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entendendo o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

SILVA, I. L. Introdução aos princípios jurídicos. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 40, n. 160, p. 269–289, out. 2003. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/918>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo, SP: Malheiros, 2018.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de direito administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 89-94, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/47169>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, V. C. **O estudante com transtorno de espectro autista nas universidades brasileiras**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/69805/R%20-%20T%20-%20VANESSA%20CAROLINE%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2021.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, Campinas, v. 20, n. 43, 2021.

SOUZA, A. L. A.; ANACHE, A. A. A educação das pessoas com o transtorno do espectro autista: avanços e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S. l.], v. 24, n. 2 esp. p. 1035–1053, set. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14330>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SOUZA, C.; ROSÁRIO, K. C. Aspectos sobre direitos humanos e dignidade da pessoa humana: desconexão entre a legislação internacional, o ordenamento jurídico brasileiro e a prática da inclusão escolar de crianças com deficiência nas escolas públicas. **Cadernos de Educação**, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 21–45, 2021. Disponível em:

<https://revistas.metodista.br/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/470>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SOUZA, Ninodja Thaysi Barbalho da Silva. **Percepções de estudantes com Transtorno do Espectro Autista quanto aos processos de inclusão: acesso e permanência na UFRN**. 2023. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55127>. Acesso em: 29 maio 2024.

TAVARES, André Ramos. Direito fundamental à educação. *In: Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 771-788.

TEPEDINO, Gustavo. A disciplina civil-constitucional. *In: Temas de Direito Civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKI, Lev Semiónvich. Obras escogidas: fundamentos de defectología. *In: Obras escogidas: fundamentos de defectología*. Santiago: Universidad Católica de Santiago del Estero, 1997. Tomo V.

ZILIOOTTO, Gisele Sotta. **Educação especial: fundamentos históricos e filosóficos**. Curitiba: Intersaberes, 2021.